

**PARECER nº 030/2021 – CLJRF/CMC**

*Da Comissão de Legislação Justiça e Redação Final, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 002/2021, que "Altera o anexo único da Lei n. 313/2012 de 05 de dezembro de 2012 que "Criou a Controladoria Geral do Município de Codajás" – Lei Complementar n. 001/2002, o cargo de provimento em comissão de Controlador Geral e dá outras providências".*

Relator: **Vereador Evandro Delmiro Feitosa**

**1. RELATÓRIO**

Trata-se o presente acerca de análise de Projeto de Lei Complementar n.º 002/2021, de autoria do Poder Executivo que Altera o anexo único da Lei n. 313/2012 de 05 de dezembro de 2012 que "Criou a Controladoria Geral do Município de Codajás" – Lei Complementar n. 001/2002, o cargo de provimento em comissão de Controlador Geral e dá outras providências, encaminhado, pela Mesa Diretora, a esta Comissão Permanente para emissão de competente parecer conforme o Art. 24, § 1º e 47 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

O Projeto, oriundo do Poder Executivo Municipal, pretende regulamentar e dispor no âmbito de sua jurisdição, esse tipo de profissional, de modo a proporcionar, além da celeridade nas tramitações dos procedimentos licitatórios, o interesse público, o desenvolvimento de um eficiente sistema, sem descuidar da moralidade afeita aos seus atos e ajustar suas remunerações sempre que após anos de inflações e aumentos do salário mínimo, complementar as perdas e manter a remuneração compatível com a função, que neste caso é especializada.

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

**2. COMPETÊNCIA DE INICIATIVA**

Inicialmente, verifica-se estar adequada a iniciativa para a deflagração do processo legislativo, uma vez que o projeto de lei apresentado se adequa perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa assegurados ao Município insculpidos no artigo 30 da Constituição Federal e autorizada pela Competência Concorrente entre a União Federal e Municípios prevista no artigo 23 da Constituição Federal, além de atender aos princípios constitucionais da dignidade do trabalhador e forma de remuneração do servidor público

Dessa forma, quanto à competência, não há qualquer óbice à proposta. Conforme dispõe o artigo 30, I, da Constituição Federal de 1988, "Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local." No mesmo sentido, o artigo 7º, I, da Lei Orgânica do Município de Codajás.

A matéria aqui veiculada está expressamente regulamentada na Lei Orgânica do Município Codajás em seus Art. 50, *in verbis*:

**Lei Orgânica do Município**

*Art. 50 - Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:*

*I - Regime jurídico dos servidores;*

*II - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções na administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;*

*III - orçamento anuais, diretrizes orçamentárias e planos plurianuais;*

*IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta, indireta e fundacional do município.*

A matéria aqui veiculada também está expressamente regulamentada no Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Codajás, in verbis:

#### **Regimento Interno da Câmara Municipal de Codajás:**

*Art. 74. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara e ao Prefeito.*

*Art. 75. É de competência exclusiva do Prefeito a iniciativa das leis que:*

*I - Disponham sobre matéria financeira;*

***II - Criem cargos, funções ou empregos públicos, fixem ou aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores públicos;***

*III - disponham sobre regime jurídico dos servidores municipais;*

*IV - Concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem as despesas públicas ou diminuam a receita.*

Em vista disto, a proposta está dentro da competência constitucional do ente municipal, possui oportunidade e conveniência, não apresentando, assim, nenhum óbice de natureza legal ou constitucional.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

Prevê o artigo 169, *capute* § 1º, da CF/88:

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

1º A concessão de **qualquer vantagem ou aumento de remuneração**, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver **prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes**; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver **autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias**, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Em relação à prévia dotação orçamentária, a declaração do ordenador de despesas, autor da propositura, comprova que há adequação orçamentária e recursos suficientes para o atendimento da despesa, sem que se atinjam os limites aplicáveis ao Poder Legislativo em âmbito municipal. Quanto à autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Capítulo IV, Das Disposições Relativas à Política de Pessoal da estimativa demonstra que há previsão da despesa no artigo 20, o que se comprova da leitura da Lei Municipal nº 417/2021, *in verbis*.



## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS APROVADA

*Art. 20. Para atender ao disposto no inciso II, do § 1º, do Art. 169 da Constituição da República, **ficam autorizados a concessão de vantagem, o aumento da remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras, conforme lei específica, bem como, a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, observado o disposto na Lei Complementar Federal n. 1001, de 2000.***

Ainda, a estimativa do impacto orçamentário-financeiro contempla a previsão da classificação orçamentária por onde correrá a despesa, declaração, por parte do Chefe do Executivo Municipal, de que há previsão da despesa no orçamento e na programação financeira, demonstração do impacto no exercício corrente (2022), indicação dos percentuais de despesa e declaração de compatibilidade com as metas fiscais.

Na Lei de Responsabilidade Fiscal, preceituam os artigos 15 e 16, inc. I e II:

*Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a **geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.***

*Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:*

*(...)*

***II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.***

Tais exigências, estão devidamente atendidas pela declaração da adequação orçamentária apresentada posteriormente pelo Executivo Municipal e anexada ao projeto de lei. Ainda, dispõe o artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00):

*Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a **despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.***

Prescritos no artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, os institutos da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, no mais das vezes, diferem do outro novo gasto público, o obrigatório de caráter continuado (art. 17 da LRF), vez que este é sempre inevitável, inadiável, incompressível, irrecusável; em rumo diverso, aquelas três primeiras iniciativas podem não ser de execução compulsória, desde que dispensem autorização legal específica, salvo, claro, a do orçamento anual.

Operar uma recém construída escola é o mesmo que expandir, ampliar, incrementar a atuação de governo; a realização desse gasto pode, por exclusiva vontade do Poder Executivo, ser adiada, contingenciada, paralisada, em virtude, por exemplo, de queda na arrecadação. Aqui, opera-se, à perfeição, a discricionariedade do administrador estatal. Não há de se falar em despesa obrigatória, pois a licença emana apenas da genérica lei orçamentária, e, não, de instrumento legal próprio.

Em outro sentido, haverá de ser pago, quer queira ou não, o reajuste salarial do funcionalismo. No caso, descabe margem de manobra ao gestor público; a ordem de despesa não se origina unicamente da lei orçamentária, mas, antes, de lei local específica. De seu lado, o pagamento de juros e outras despesas relativas à dívida municipal dispensam a estimativa trienal de impacto orçamentário-financeiro, bem como a indicação da fonte de custeio. Nessa linha de isenção também se incluem a revisão geral anual no salário dos servidores (art. 37, X, da CF).

Quanto ao referido dispositivo legal, cabe repisar que a despesa criada não afetará as metas de resultados fiscais. Portanto, não atingidos quaisquer dos limites previstos na CF/88 e na Lei Complementar nº 101/00 e apresentada a declaração de adequação orçamentária e financeira com as informações necessárias, tem-se por cumpridas as exigências de pressupostos legais para a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 002/2021.

#### **4. PARECER DO RELATOR**


De todo o exposto, manifesto minha opinião de que o Projeto de Lei Complementar nº 002/2021, em análise nesta Comissão Permanente atende ao interesse público para legislar sobre políticas de pessoal nos limites de sua competência. Verifica-se que a proposta de autoria dos no Poder Executivo cumpriu com os fundamentos da constitucionalidade e legalidade na referida Lei.

Portanto, a matéria em tela, não contraria normas de caráter material erigidas pela Carta Magna, bem como os princípios e fundamentos que informam o nosso ordenamento jurídico infraconstitucional, e que diante das considerações apresentadas, posiciono-me **FAVORÁVEL** à prosperidade do presente Projeto de Lei, conclamando meus nobres pares a idêntico posicionamento.

#### **5. PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA REDAÇÃO FINAL**

- Acompanhou o voto do Senhor Relator o Vereador VALCIFRAN DE ASSIS GONÇALVES, manifestando também **FAVORÁVEL** pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 002/2021 de autoria do Executivo Municipal, com voto **CONTRÁRIO** da Vereadora ALINE DAIANE ROSA DE SOUZA.

**SALA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CODAJÁS, ESTADO DO AMAZONAS**, em 10 de Dezembro de 2021.



**VALCIFRAN DE ASSIS GONÇALVES**  
Presidente da Comissão



**ALINE DAIANE ROSA DE SOUZA**  
Membro



**EVANDRO DELMIRO FEITOSA**  
Relator-designado